



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

148

NOV/DEZ 2013



FILIADO À **CONDSEF**

CONSTRUINDO O CONGRESSO DA CONDSEF

Avançar na unidade rumo a uma nova direção

Págs. 03-05



EDITORIAL

Por que a Condsef deve se desfiliar da CUT?

Pág. 02

GIRO NOS ÓRGÃOS

MTE, IPEN, DNPM e Aposentados

Págs. 06 e 07

ATIVIDADES



Sindsef-SP presente na luta contra o genocídio da juventude negra

Pág. 08



Campanha Nacional Contra a violência à mulher

Pág. 08



Por que a Condsef deve se desfiliar da CUT?



A proposta de que a Condsef se desfilie da CUT foi referendada pelos delegados presentes no 18º Congresso do Sindsef-SP. Com isso, nossa delegação ao XI ConCondsef, que ocorre de 11 a 15 de dezembro, assume o compromisso de votar a favor da desfiliação. Não será uma medida radical e muito menos isolada. A Condsef é a única confederação do funcionalismo público que ainda permanece filiada à CUT.

Fundada em 1983, a CUT foi uma grande conquista dos trabalhadores. Buscávamos construir a unidade entre diversos setores da nossa classe ao mesmo tempo em que rompíamos as amarras do sindicalismo oficial corporativo sob controle do Estado. A Central veio a se tornar a maior da América Latina e conduziu importantes lutas contra a exploração capitalista. Cumpriu seu papel naquele momento histórico.

Mas a CUT não era imune a um problema que ameaça qualquer entidade sindical: a burocratização. Trata-se da constituição de um aparato distanciado de sua base, que muitas vezes se coloca a serviço de grupos de interesse ou diretamente da patronal, e não a serviço da classe trabalhadora. Isso aconteceu com a CUT antes mesmo do governo Lula. Ainda nos anos 90, ela aceitou as Câmaras Setoriais, uma clara estratégia de conciliação de classes que só favoreceu os patrões.

O processo de burocratização se agravou com a eleição de Lula para a Presidência da República. A Central se converteu claramente em base de apoio do governo perante os trabalhadores, aceitando negociar no varejo políticas contrárias aos interesses da nossa classe. Foi assim que Lula conseguiu aprovar a Reforma da Previdência de 2003 ou a nova lei de falências (na qual o pagamento a credores

é privilegiado em relação às dívidas trabalhistas).

Embora no discurso se diga contrária ao imposto sindical, a central foi agraciada pelo governo Lula com sua regulamentação e consequente acesso ao dinheiro arrecadado por meio do imposto. Perdeu-se, assim, um dos aspectos positivos da CUT, que era sua existência por fora do sindicalismo oficial. E o dinheiro que ela passou a receber de mão beijada anualmente não é pouco: R\$ 35 milhões em 2011 e R\$ 45 milhões em 2012. O que ela faz com essa grana toda? Ninguém sabe.

A verdade é que hoje a CUT não precisa de sua base. Ela tem fontes de receita garantidas graças ao imposto sindical que recebe diretamente e às contribuições de suas entidades filiadas, a maioria beneficiária desse dinheiro pago a contragosto pelos trabalhadores. Além disso, é reconhecida pelo governo e pelos patrões como interlocutora oficial nas negociações salariais e demais questões trabalhistas.

Mas a classe trabalhadora precisa de outra forma de organização. Uma organização dirigida pela base, com ampla democracia e independente do governo. Uma organização que seja capaz de unificar as lutas em defesa de nossos interesses. Que não tema desfraldar as bandeiras históricas, nem organizar a resistência aos ataques do próprio governo do PT.

A desfiliação da CUT é uma das propostas da tese defendida pela delegação do

derações e confederações (ANDES, FASUBRA, SINASEFE, FENAJUF e FENASPS) que já se desfiliam da CUT.

Acreditamos que a desfiliação da CUT é um passo necessário para que possamos romper os bloqueios à luta. Já fizemos nossa experiência com essa central. Já temos um acúmulo de discussão na base a respeito. Podemos tomar essa decisão sem temor. Afinal, essa disposição se traduz no próprio lema do XI ConCondsef: “para defender direitos é preciso se manter livre!”.

Sindsef-SP, e também por muitos ativistas e dirigentes de sindicatos de outros estados. Assim como os servidores aglutinados em outras fe-

PRESTAÇÃO DE CONTAS - SETEMBRO 2013

SALDO INICIAL	R\$ 20.993,18
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 179.372,43
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Despesas com mudança, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 49.350,61
FUNCIONÁRIOS (Recisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 60.564,28
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 19.876,34
CONTRATOS/PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 28.595,06
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 5.260,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 2.292,53
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 9.793,00
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 2.078,30
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.842,90
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 182.653,02
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	-R\$ 3.280,59
SALDO FINAL	R\$ 17.712,59

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



CONSTRUINDO O CONGRESSO DA CONDSEF

Avançar na unidade rumo a uma nova direção

O 18º Congresso do Sindsef-SP foi bastante vitorioso. Isto se refletiu no alto nível dos debates, na grande participação de servidores da ativa, cerca de 80% dos delegados, e na renovação (boa parte dos presentes recém ingressou no serviço público), além da combativa ala de aposentados da entidade.

O evento reuniu representantes de diferentes setores do funcionalismo federal do estado de São Paulo. A cerimônia de abertura, realizada no final da tarde do dia 14 de novembro, contou com saudações de lideranças da CSP-Conlutas, Condsef, Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, Fenasps/Sinsprev, Sintrajud e Sindicato dos Metroviários-SP.

Nessa mesa, os diretores Bernadete Serafim e Ismael da Silva representavam o Sindsef-SP. “Berna”, da Secretaria de Aposentados e Pensionistas, refletia a experiência de anos na militância sindical. Ismael, da Secretaria de Assuntos Jurídicos, servidor público há menos de 5 anos e pela primeira vez na direção de um sindicato, refletia a renovação e energia dos mais jovens.

Ismael abriu o evento destacando a intensidade dos processos de lutas em 2013, quando jovens estudantes e trabalhadores foram às ruas em massa



Foto: Fábio Corrêa

para reivindicar o direito à educação, saúde, moradia e transporte de qualidade. Ao mesmo tempo, falou sobre a importância de fortalecer a unidade para o próximo período: “O nosso congresso antecede o congresso da Condsef e nós temos a missão de construir o nosso plano de lutas para os próximos 3 anos, além de eleger a diretoria colegiada da confederação. É necessário reafirmar o compromisso de unidade na construção de uma entidade sindical unicamente comprometida com os direitos dos trabalhadores”.

O membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Atnágoras

Lopes, ressaltou o papel protagonista do Sindsef-SP na fundação da central e nas lutas de forma geral. Falou sobre a criminalização dos movimentos, criticando a prisão de ativistas: “Temos 2 estudantes da USP presos, porque fizeram uma ocupação exigindo democracia na universidade. Das manifestações de junho pra cá, há jovens presos políticos em penitenciárias no

Rio de Janeiro”. Atnágoras afirmou que é preciso seguir com as mudanças iniciadas em junho e que continuam nas ruas. “O período não se fechou e cabe a nós cumprir a tarefa histórica de seguir fomentando o combate e a unidade da classe trabalhadora nesse país, para podermos sonhar com um mundo melhor”, concluiu.

O Secretário da Condsef, Rogério Expedito, reconheceu o papel que o Sindsef-SP tem cumprido para colocar a confederação no rumo da defesa da categoria e denunciou o governo. “As pautas que estão no Congresso Nacional não são dos trabalhadores, mas sim dos empresários. São pautas que nós tentamos constantemente barrar, como o PL das terceirizações, a lei de greve e outros elementos que já foram colocados, como a reforma da previdência”, disse.

As saudações que se seguiram expressaram a importância do Sindsef-SP nas lutas em defesa dos servidores federais e da classe trabalhadora em geral.

Conjuntura

O Secretário Geral do Sindsef-SP, Carlos Daniel, introduziu o debate de conjuntura usando exemplos chocantes das políticas governamentais utilizadas no continente europeu pelo capitalismo em crise, que passam pelo extermínio, a exclusão, a retirada de direito e em alguns casos até assassinatos de civis.

Na sequência, falou da situação insustentável dos trabalhadores aqui da América Latina e Sul, que levou nos últimos 12 meses, países como Uruguai, Chile, Bolívia e Peru a realizarem greves gerais. Tais relatos indicam que a realida-

de da classe trabalhadora é muito semelhante, independente do continente onde esteja.

O dirigente resgatou a greve dos servidores federais em 2012, que forçou o governo a negociar com a categoria e arrancou um reajuste, mostrando “que a nossa conquista pode ser do tamanho da nossa luta”. Já em 2013, a mobilização da juventude conseguiu cancelar o reajuste das tarifas de transportes públicos em várias cidades. “Este é o diferencial da conjuntura de hoje, nós experimentamos o gostinho da vitória!”



Foto: Fábio Corrêa

Combate às opressões

O Sindsef-SP sempre levantou bandeiras de luta contra o machismo, o racismo e a homofobia. Durante o congresso da entidade a diretoria organizou uma mesa com a presença de ativistas do Movimento Mulheres em Luta (MML) - Camila Lisboa, do Setorial LGBT da CSP-Conlutas - Guilherme Rodrigues, e do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe

- Tamiris Rizzo. A mesa foi coordenada pelas diretoras Brisa Batista, da Secretaria Contra as Opressões, e Inês Santos, da Secretaria de Administração.

A iniciativa visa a fortalecer a luta contra todas as formas de opressões, para barrar os ataques do capitalismo, que utiliza o preconceito como ferramenta para enfraquecer e dividir a classe trabalhadora.

MULHERES



Foto: Lana Tappey

Camila Lisboa falou sobre o sucesso do 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta e sobre a Campanha Nacional Contra a Violência à Mulher, com destaque para o combate à Bolsa Estupro.

O número expressivo de participantes no encontro revela “que é possível fortalecer o movimento de mulheres classista, em alternativa às organizações que estão cooptadas pelo governo do PT”, afirma Lisboa.

Somente em 2012 o Brasil foi palco de mais de 50 mil casos de estupros. Cerca de 15 mulheres são assassinadas diariamente por motivação machista, na grande maioria dos casos os algozes são maridos, ex-maridos ou namorados das vítimas.

Estes dados mostram a necessidade urgente de criar mecanismos que protejam de forma efetiva as mulheres no seu dia a dia, tanto da violência doméstica, como das formas mais sutis (assédio sexual, falta de políticas públicas etc.), mas não menos agressivas.

Consolidando a Campanha Nacional Contra a Violência à Mulher, o MML irá ampliar as mobilizações contra o Projeto de Lei 407/2007, conhecido popularmente como ‘Bolsa Estupro’, que impede vítimas de estupro de optarem pelo aborto. O projeto também prevê o pagamento de auxílio mensal como compensação para a violência sofrida. “Combater este projeto é o carro chefe da campanha contra a violência às mulheres”, declarou Camila.



Foto: Lana Tappey

LGBT

Guilherme Rodrigues resgatou que a homossexualidade no decorrer da história foi tratada de forma diferente, mas sempre carregadas de preconceito, expresso na forma de homofobia, sendo considerado pecado, doença ou falta de caráter. Ainda hoje os homossexuais sofrem pela orientação sexual.

O ativista colocou no mesmo patamar as práticas de assédio moral e a homofobia. O preconceito pode ser sentido na falta de atendimento médico, na dificuldade imposta para casais do mesmo sexo garantirem uma moradia digna e nos atos de

violência, com requintes de crueldade, que constantemente estão na mídia.

“Em 10 anos não se fez nada para garantir os direitos dos LGBTs, nem mesmo o direito à vida”, afirmou ao avaliar a situação deste grupo no governo do PT. Para ele “o governo demonstra que está completamente aliado ao setor mais conservador e contra a população mais oprimida”.

Finalizou falando da importância da luta contra a homofobia ser promovida pelos sindicatos para fortalecer o combate à exploração capitalista.



Foto: Lana Tappey

RAÇA E CLASSE



Foto: Lana Tappey

Brisa Batista introduziu o debate apontando a realidade social da população negra e o peso da escravidão ainda presente nos dias atuais. “Ainda hoje a máquina ideológica e política funciona para manter milhões de negros excluídos”, refletiu.

Tamiris Rizzo deu sequência à discussão abordando o mito da igualdade racial. Comparou os bairros da periferia aos quilombos, falou sobre a precarização dos serviços públicos, da violência policial, do genocídio da população negra, etc. Citou a diferença salarial de até 70% entre um homem branco e uma mulher negra.

Também abordou que as condições de vida e a falta de

No segundo dia do 18º Congresso do Sindsef-SP, os delegados dedicaram-se à avaliação do movimento dos Servidores Públicos Federais (SPFs) e debateram as perspectivas para 2014.

O painel foi apresentado pelo membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas e do Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, Paulo Barela, que fez um resgate dos enfrentamentos do funcionalismo com o governo Dilma e sua equipe nos últimos três anos.

Após a forte greve de 2012, que proporcionou uma importante vitória política sobre o governo e arrancou algumas conquistas econômicas, os servidores marcaram presenças nas jornadas de junho de 2013 fazendo coro com a população que pedia, entre outras coi-

sas, serviços públicos de qualidade.

Entre as mobilizações de resistência dos SPFS, observa-se a adesão de vários órgãos nas paralisações de 11 de julho e 30 de agosto, sem esquecer a greve nacional no DNIT e da expressiva participação na marcha de 24 de abril, além da campanha pela anulação da reforma da previdência.

Barela também apontou as perspectivas e anunciou o indicativo de greve para Março/Abril de 2014. “É o momento ideal para nós chamarmos a greve, pois o governo estará em uma situação delicada, porque os olhos do mundo estarão voltados para cá”, comentou.

“Os trabalhadores da construção civil da África do Sul, durante a cons-

Balanco da diretoria e plenária final

O Secretário de Imprensa, Helton Ribeiro, apresentou um informe geral sobre a atuação da diretoria do Sindsef-SP ao longo de 2013.

Foram inúmeras atividades organizadas nos órgãos, tais como: palestras, oficinas de debates, seminários, assembleias, reuniões, atos, paralisações e greves.

O Sindsef-SP participou ativamente das atividades da campanha salarial e colocou todos os seus esforços na defesa dos direitos dos servidores e serviços públicos de forma geral.

Também esteve presente em todos os atos e atividades gerais convocadas pela CSP-Conlutas.

Apoiou de forma ativa os processos eleitorais e as lutas das entidades ligadas à central, ajudando a fortalecer o campo



Foto: Fábio Corrêa

à esquerda e a unidade de ação.

Levantou com muita firmeza as bandeiras de luta contra as opressões e está impulsionando uma forte campanha contra o assédio moral.

O Sindsef-SP também participou de campanhas de solidariedade aos movimentos sociais e das jornadas contra o aumento das passagens.

Há muito ainda o que fazer e um desafio é avançar no trabalho de base. “O sindicato vai ser forte à medida que tiver uma participação ativa da base”, argumentou.

CALENÁRIO DE LUTAS PARA 2014

- ◆ 22 de janeiro: Lançamento da Campanha Salarial-2014 com Atos Públicos nos estados.
- ◆ 07 de fevereiro: Reunião Ampliada e Unificada das Entidades Nacionais dos SPFs – Balanço da Preparação da Campanha Salarial-2014.
- ◆ 05 de fevereiro: Lançamento Nacional da Campanha Salarial-2014 com Marcha a Brasília.
- ◆ Março/Abril: Indicativo de Greve Unificada dos SPFs.
- ◆ 06 de fevereiro: Seminário Nacional sobre Dívida Pública (Fórum Nacional dos SPFs).



Foto: Fábio Corrêa



Foto: Fábio Corrêa



Planejamento autoriza contratações temporárias para burlar concursos públicos

MTE

Durante o 18º Congresso do Sindsef-SP, a servidora do MTE e diretora da Secretaria de Comunicação, Liliane Silva, alertou para os processos seletivos simplificados para contratação de funcionários temporários em vários órgãos.

Só este ano houve contratações temporárias no Ministério da Cultura, Ministério da Comunicação e no Ministério da Educação. No IPHAN, o processo seletivo está em andamento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acaba de lançar o edital. No MTE chegou-se a cogitar esta possibilidade e inclusive foi realizado um estudo sobre o assunto.



No MDA um dado chama a atenção: as 150 contratações temporárias previstas serão destinadas ao Programa Terra Legal, que nada mais é do

que a regularização da grilagem de terras na Amazônia. Ou seja, é a máquina do estado a serviço dos latifundiários e grileiros.

Este exemplo mostra que esta modalidade de contratação, muitas vezes, esconde interesses escusos. Pois, só deveria ocorrer em casos de extrema necessidade, tipo calamidade pública ou de excepcional interesse público, quando não há tempo para realizar concurso público. “Mas não é o que está acontecendo, tem cargo lá que não é excepcional”, denunciou Liliane.

Os servidores veem com indignação a iniciativa do governo de recorrer aos temporários para suprir a necessidades de recursos humanos, ao invés de realizar concurso público para preencher as vagas existentes.

IPEN

Sindsef-SP promove oficina de debate sobre racismo

Em continuidade às comemorações do Dia da Consciência Negra, os servidores do IPEN participaram, em 25 de novembro, de uma roda de debates sobre Funcionalismo Público e Racismo. A atividade foi organizada pelo Sindsef-SP, com apoio da Associação dos Servidores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Assipen).

O objetivo foi colocar em discussão o mito da questão racial no Brasil e suas consequências na vida da população negra. Por exemplo, no espaço da USP, onde localiza-se o IPEN, é possível afirmar que existe igualdade entre negros e brancos? Onde estão os negros que frequentam este espaço? Nas salas de aulas? São professores ou alunos?



Existe preconceito no serviço público ou as chances são iguais para todos? Como é encarada a questão racial nas dependências do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e no seu cotidiano?

Tamiris Rizzo, do Quilombo Raça e Classe, fez um resgate histórico da questão racial no Brasil, falou sobre a necessidade de reparações para o povo negro e apontou as diferenças entre preconceito racial e social.

O debate foi polêmico e serviu para quebrar alguns conceitos incutidos pela ideologia da classe dominante. Os servidores também relataram situações cotidianas envolvendo preconceito no local de trabalho.

Na avaliação da diretoria do sindicato, a atividade foi muito importante e cumpriu o objetivo de conscientizar os trabalhadores. Certamente este debate vai continuar nos departamentos e nas conversas de corredores.



Foto: Fábio Corrêa



DNPM

Em defesa dos nossos recursos naturais, NÃO ao novo Código da Mineração!

O novo “Código da Mineração”, Projeto de Lei nº 5807/13, está no Congresso. No dia 11/11, o relator Leonardo Quintão (PMDB-MG) apresentou seu relatório em que consigne a façanha de deixar a proposta do governo, que já era ruim, muito pior. Ele quer subordinar a criação de parques nacionais e demarcação de territórios indígenas aos interesses das mineradoras.

A proposta coloca a mineração acima de todos os outros usos dos territórios. “Chega ao absurdo de propor que a criação de unidade de conservação ambiental, demarcação de terras indígenas, assentamentos rurais e definição de comunidades quilombolas dependerão de anuência prévia da Agência Nacional de Mineração – ANM”, aponta o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

Além de ser nocivo aos recursos naturais brasileiros, o novo marco regulatório configura-se como um ataque aos povos indígenas, remanescentes de quilombos, e demais comunidades tradicionais, que estarão vulneráveis a mais despejos e remoções



forçadas, sem qualquer direito de opinar sobre a instalação dos empreendimentos.

O relatório do PL piora a versão do governo ao enfraquecer o modelo licitatório para concessão de jazidas, colocando como central o regime de autorização e prioridade (quem faz a requisição primeiro fica com a concessão). Diminui também o poder do CPRM (Serviço Geológico do Brasil) no mapeamento geológico do território nacional.

A proposta institui os “Títulos Minerários” que serão mecanismos cre-

ditícios e que “poderão ser negociados nos mercados de bolsa e de balcão como ativos financeiros”, “isentos de Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas”. Constrói, deste modo, uma relação indecente entre a mineração e o mercado financeiro.

Na contramão do desenvolvimento sustentável, que tem abrigo na Constituição Federal, o PL 5807 não apresenta qualquer estratégia de aproveitamento dos bens minerais, nem leva em conta o fato de não serem renováveis. Insere-se na mesma lógica da alteração do Código Florestal,

da legalização da grilagem de terras na Amazônia e dos leilões das reservas de petróleo. Subordina nossos recursos naturais à lógica exclusiva da competição de mercado, que acelerará o ritmo de exaustão de nossas jazidas.

Com o caráter produtivista, privatizante e desrespeitoso aos direitos sociais e ambientais, o novo Código de Mineração deixa mais prejuízos do que benefícios para o povo brasileiro, principalmente, para comunidades atingidas pela mineração.

Por todos estes problemas, o 18º Congresso do Sindsef-SP aprovou a resolução abaixo.

Resolução:

Os delegados presentes ao 18º Congresso do Sindsef-SP exigem a retirada do Projeto de Lei 5807/13, de autoria do Executivo, que altera o Código de Mineração, tendo em vista que o tema não foi debatido com as organizações da classe trabalhadora, dos povos indígenas, remanescentes de quilombos, e demais comunidades tradicionais e que o referido projeto favorece apenas as grandes empresas do setor.

APOSENTADOS

Sindsef-SP cobra agilidade do governo para as demandas dos aposentados e pensionistas



Foto: Manuel Messina

No dia 27/11, o Sindsef-SP participou de audiência com o Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência, José Lopez Feijó, para tratar da pauta dos aposentados e pensionistas protocolada em 30/10.

O assessor reconheceu que a reivindicação pela paridade entre ativos e aposentados é justa e “merece uma atenção especial”.

Além disso, afirmou que encaminhará esta pauta para a AGU (Advocacia Geral da União) e sinalizou com a possibilidade de uma negociação.

O sindicato foi representado pela diretora Bernadete Serafim e pelas advogadas Eliana Ferreira e Jorgiana Lozano. Também estiveram presentes representantes da Fenasps, Sinsprev e Sintrajud.

Eliana Ferreira pediu sensibilidade para solucionar a questão da paridade “pois em 99% dos casos, a jurisprudência já pacificou o entendimento de que a gratificação deve ser a mesma dos ativos” e reivindicou o cumprimento do Estatuto do Idoso.

Ferreira aproveitou a oportunidade e pediu urgência na demanda do FGTS, que beneficia os servidores da Ex-LBA.



Sindsef-SP presente na luta contra o genocídio da juventude negra

O Dia da Consciência Negra, 20/11, foi marcado por protestos em vários estados. Em São Paulo, centenas de pessoas participaram da Marcha da Periferia, na zona sul da capital.

O Largo do Pirapora, local da concentração, aos poucos foi sendo tomado por faixas e cartazes com dizeres denunciando o extermínio da juventude negra. “Pelos Amarildos e Douglas, da copa eu abro mão!”, este foi o tema da 3ª edição de Marcha da Periferia.

Ainda na concentração, os ativistas foram afinando os instrumentos e ensaiando as palavras de ordens que animaram a caminhada. A atividade foi organizada pelo Quilombo Raça e Classe, CSP-Conlutas, Movimento Mulheres em Luta, Família Rap Nacional, Ocupação Mauá, Mães de Maio, Coletivo de Artistas Socialistas, Luta Popular, entre outros. Uma delegação do Sindsef-SP ajudou a fortalecer o evento.

Antes de saírem em passeata, representantes das entidades denunciaram o genocídio da juventude negra e a investida violenta dos policiais nas comunidades, cobraram serviços públicos de qualidade e criticaram a redução de linhas de ônibus que ligam a periferia a outros bairros.

A diretora da Secretaria Contra a Opressão do Sindsef-SP, Brisa Batista, fa-

lou sobre a importância das cotas raciais para ingresso no serviço público, assim como nas universidades. O projeto de lei que destina 20% das vagas nos concursos públicos do executivo federal para negros tem sido muito atacado pelos conservadores.

Brisa também criticou o discurso da meritocracia, que desconsidera a desigualdade histórica existente entre negros e brancos e convencionava que as oportunidades são iguais para todos. Esse discurso afirma que se um negro não chegou a uma universidade pública (por exemplo), é porque simplesmente não se esforçou o bastante. É preciso combater este pensamento e cobrar dos governantes políticas eficazes de reparações.



Fotos: Fábio Corrêa

“Em cada morro uma história diferente e a polícia mata gente inocente...”

Este ano a Marcha da Periferia proporcionou uma experiência diferente. No trajeto, ao som de instrumentos musicais, os ativistas distribuíram panfletos e conversaram com moradores. Era visível que os moradores se identificavam com as palavras de ordens cantadas pelos participantes. As janelas, portões e lajes foram tomados pela população em apoio

ao protesto. Alguns, inclusive, se somaram à caminhada.

Em frente ao cemitério Jardim São Luiz, os manifestantes saudaram os negros assassinados pela polícia militar. Jovens deitaram no asfalto quente e tiveram o corpo contornado por giz, simbolizando os milhares de negros assassinados por policiais ou que perderam a juventude para a criminalidade.

Também foram saudados Zumbi, Dandara, Carolina de Jesus, Amarildo, Douglas e tantos outros.

Sob um sol escaldante e implacável, os participantes seguiram até o Sacolão das Artes onde encerraram o ato político, deram início às atividades culturais previstas e se deliciaram com uma saborosa feijoada para recompor as energias.

Campanha Nacional Contra a Violência à Mulher

No dia 25 de novembro, dia de luta contra a violência às mulheres, o Movimento Mulheres em Luta realizou atos em todo o país.

Infelizmente, a violência contra as mulheres é uma epidemia no Brasil. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), das mulheres assassinadas entre 2009 e 2011, 54% eram jovens (de 20 a 39 anos) e 61% eram negras, que são também as mais afetadas pelo desemprego e baixa renda. Além disso, as denúncias de estupro cresceram 157% nos últimos 4 anos, e seu número superou o de homicídios dolosos em 2012 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública).

Dilma prometeu construir 27 “Casas da Mulher Brasileira”, com o investimento de 244 milhões de reais, mas não o fez. Esse recurso não chega nem perto dos mais de 954 bilhões de reais que são destinados para os juros do pagamento da dívida pública, que vão direto para o bolso dos banqueiros.

A situação que toma conta do país é alarmante. Por esta razão o MML lança uma grande campanha nacional para exigir do Governo Dilma mais investimento em programas de combate à violência e de proteção às vítimas, implementação e ampliação da Lei Maria da Penha e fim do Bolsa Estupro. O Sindsef-SP se soma a esta luta por uma sociedade sem violência!

